

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO

Christiane Maria Castellen

Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina

RESUMO: O presente trabalho pretende contribuir nas reflexões e na produção teórica do campo das políticas culturais, quanto à realização de projetos e programas de ações educativas de inclusão sociocultural, que promovam a reintegração à sociedade de indivíduos submetidos ao regime de privação de liberdade. Apresenta o Projeto *CONSTRUINDO*, realizado pelo Museu Histórico de Santa Catarina, a partir do ano de 2009, e seu desdobramento no Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina e no Museu de Arte de Santa Catarina – unidades culturais vinculadas à Fundação Catarinense de Cultura. O Projeto tem como objetivo promover o acesso e a reintegração de um grupo de detentos da Penitenciária Estadual de Florianópolis, através de ações educativas socioculturais em visitas mensais nas exposições.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas em privação de liberdade; ação cultural em museus; educação patrimonial; inclusão sociocultural.

ABSTRACT: The present work intends to contribute to the reflections and theoretical production of the field of cultural policies, as far

as the realization of projects and programs of educational actions of socio - cultural inclusion, that promote the reintegration to society of individuals submitted to the regime of deprivation of freedom. It presents the *CONSTRUINDO* Project, carried out by the Historical Museum of Santa Catarina, as of 2009, and its unfolding in the Santa Catarina Image and Sound Museum and the Santa Catarina Art Museum - cultural units linked to the Catarinense Foundation of Culture . The project aims to promote the access and reintegration of a group of inmates of the State Penitentiary of Florianópolis, through educational and socio-cultural actions in monthly visits to the exhibitions.

KEYWORDS: deprivation of liberty; cultural action in museums; heritage education; sociocultural inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende subsidiar o desenvolvimento de estudos, quanto à realização de políticas culturais de inclusão sociocultural, que promovam a reintegração à sociedade de indivíduos submetidos ao regime de privação de liberdade. O texto apresenta as ações educativas e de inclusão sociocultural do Projeto *CONSTRUINDO* – desenvolvido pelo Núcleo de Ação Educativa do Museu

Histórico de Santa Catarina com o objetivo de promover o acesso de reeducandos da Penitenciária Estadual de Florianópolis ao patrimônio cultural de três museus vinculados à Fundação Catarinense de Cultura: Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS/SC) e Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). O projeto busca oportunizar experiências, percepções, descobertas e apropriações da pluralidade de sentidos e narrativas presentes nos espaços dos museus, para esse grupo de homens, por meio de visitas às exposições, realizadas através de encontros mensais. O referido Projeto enfatiza a importância do acesso ao patrimônio cultural e da educação patrimonial como instrumentos de reintegração e inclusão sociocultural para sujeitos privados de liberdade.

Este texto é baseado e extraído do artigo publicado nos Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais no ano de 2016, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

2 | CONSTRUINDO: UM CAMINHO SENDO TRILHADO

Sujeitos em privação de liberdade são reconhecidos como presos, presidiários, apenados, detentos ou reeducandos, e são aqueles que cumprem pena de detenção em decorrência de sentença condenatória. Cabe esclarecer que o termo “reeducando” norteou o Projeto **CONSTRUINDO**, em função de ele apresentar-se em documentos contratuais entre as instituições parceiras citadas neste relato e considerando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como referência. É um termo controverso, tanto para estudiosos da área como entre os sujeitos que encontram-se na condição de privação de liberdade.

A população carcerária, estando em um lugar condicionado e restrito à vigilância, é, muitas vezes, invisibilizada à sociedade, salvo nas projeções midiáticas de situações conflituosas no sistema prisional.

É possível que uma das questões mais complexas da realidade social brasileira, na atualidade, possa ser identificada e encontrada na situação carcerária. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen - sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, com dados disponíveis na internet), atualizado em junho de 2016, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) / Ministério da Justiça, o Brasil possui a terceira maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. O panorama geral da população carcerária brasileira foi registrado em 1422 unidades prisionais (das 1460 unidades existentes), totalizando 726.712 pessoas em regime de privação de liberdade. De acordo com o Levantamento, em relação ao número de vagas, há uma superlotação que excede em 97,4%, na capacidade de encarceramento.

Segundo o levantamento do Infopen, o perfil das pessoas presas do sistema penitenciário brasileiro é majoritariamente: de jovens entre 18 e 29 anos (55%), de negros (64%), de baixa escolaridade (61%) e de baixa renda, sendo a maior parte solteira (60%). Os crimes de tráfico correspondem a 28% das incidências penais,

porém roubo e furto somam 37% dos crimes informados (BRASIL, 2016).

Tais índices abafam conflitos socioculturais, que merecem profundas reflexões e vão além das discussões sobre Direitos Humanos, Segurança Pública, direito à Justiça, combate à criminalidade. Reflexões e ações que pertencem a toda a sociedade, e cuja problemática exige a atuação de gestores públicos, legisladores e operadores jurídicos, na condução e construção de caminhos mais encorajadores, tanto para a população carcerária como para a sociedade em geral.

A magnitude da situação, segundo o Depen, exige a intensificação de esforços e o envolvimento dos três poderes da República, em todos os níveis da Federação, em busca de soluções e estratégias inteligentes para equacionar os problemas existentes. Ao propor uma política nacional de melhoria dos serviços penais, abrangendo quatro eixos, cuja amplitude aponta alternativas penais, de gestão de problemas e serviços relacionados ao hiperencarceramento, bem como a modernização do sistema penitenciário brasileiro, o Depen destaca, no seu terceiro eixo, a *humanização das condições carcerárias e a integração social* (BRASIL, 2014, p.7).

A melhoria nesse eixo específico depende da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça. Conforme o Infopen, para que esses serviços alcancem as pessoas que encontram-se nos presídios brasileiros, *as políticas devem ser implementadas pelos gestores estaduais especializados nas diferentes temáticas sociais governamentais* (Idem, p.7). Como percebe-se, cabe ao Estado cumprir, para que sejam aplicadas de fato, todas as condições e garantias necessárias para a ressocialização, prevenindo o crime e possibilitando o retorno e a convivência em sociedade. É um passo decisivo no reconhecimento de fato da pessoa privada de liberdade e do egresso como sujeito de direito.

Em relação à representação de pessoas privadas de liberdade, que encontram-se segregadas espacialmente e discriminadas socialmente, é senso comum, devido à problemática de nosso sistema prisional, que ela está frequentemente vinculada a discursos e práticas relacionados a violências e crimes. Separada das normas de convívio social, a população carcerária compõe, muitas vezes, representações perversas, traduzidas em preconceito, estigma e rejeição.

Buscando também contribuir para a desconstrução de olhares e concepções que produzem e reproduzem a lógica classificatória e segregadora de pessoas em situação de privação de liberdade, a narrativa aqui proposta abre espaço, para reflexões e ações junto a grupos estigmatizados que encontram-se nesse espaço de exclusão social.

Diversos documentos manifestam e asseguram ao cidadão a inclusão social e a democratização do acesso aos bens da cultura. Dentre eles, destacam-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Emenda Constitucional n.º 48 de 2005 em seu art. 215 da Constituição Federal; o Plano Nacional de Cultura e as diretrizes

estabelecidas pela Política Nacional de Museus.

Também o Parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica nº 4/2010, aprovado, que trata das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, estabelece que:

A prisão, em tese, representa a perda dos direitos civis e políticos. Suspensão, por tempo determinado, do direito do interno ir e vir livremente, de acordo com sua vontade, mas não implica, contudo, a suspensão dos seus direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional (BRASIL, 2010, p.13).

O desenvolvimento pessoal e social também faz parte dos estudos contemporâneos acerca da função social dos espaços culturais e em especial dos museus, que apontam discussões crescentes nas últimas décadas, onde incluem-se reflexões e problemáticas do uso educativo deste patrimônio cultural. Diferentes práticas em abordagens sociais, culturais e também políticas vêm proporcionando maior interação da sociedade com os espaços museológicos, permitindo multiplicar suas utilizações e ações. Tais práticas permitem diversas experiências histórico-culturais, que contribuem para a compreensão do museu como espaço de formação nos vários campos da ação humana.

O acesso e a formação de público nos espaços museais são também considerados compromissos sociais. Para compreensão da função social dos museus, a definição do Conselho Internacional de Museus assegura:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu meio ambiente para fins de educação, estudo e lazer (ICOM, 2007).

É no potencial educacional do museu que projetos e programas estão sendo desenvolvidos, oportunizando práticas inclusivas de democratização e de acesso aos bens da cultura a diferentes grupos sociais.

No âmbito dos museus, as arte-educadoras do Núcleo de Ação Educativa (NAE) do MHSC compartilham da definição de exclusão social compreendida por Gabriela Aidar (2002, p.3), que, refere-se aos *processos pelos quais um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, encontra-se com acesso limitado aos instrumentos que constituem a vida social e são, por isso, alienados de uma participação plena da sociedade em que vivem*. Nesse contexto, seria possível verificar que, no Brasil, grande parcela da sociedade encontra-se excluída dos espaços museológicos, devido a questões econômicas, sociais e também políticas.

Seguindo essa mesma lógica, pode-se considerar que os sujeitos em situação de privação de liberdade dentro do sistema prisional encontram-se inseridos nesse fenômeno de exclusão social. A população carcerária, tendo seus direitos civis e políticos suspensos, seria conseqüentemente o público mais excluído do espaço

do museu e do acesso ao patrimônio cultural. Valdirene Daufemback (2005, p.39) salienta que a prisão *parece operar na legitimação dessa rejeição, pois nomeia e localiza um grupo de pessoas que material e simbolicamente não fazem parte dos valores da sociedade*. A própria punição por pena de reclusão, muitas vezes, cria visões descriminalizadas de marginalização do indivíduo, operando, reforçando e até ampliando a ideia de rejeição na reintegração social.

Ao considerar que as dinâmicas sociais e as instituições limitam alguns grupos de uma ampla participação na sociedade, Aidar (2002, p.5) argumenta que *os museus, como instituições culturais, podem executar um papel numa rede de elementos excludentes, ou por oposição, serem ferramentas para a inclusão social*.

Para combater esse complexo quadro de exclusões, além de desconstruir visões cristalizadas, superando representações preconceituosas sobre determinados grupos sociais e parcelas da população, é necessária: *uma atuação em rede que perpassse serviços sociais, civis e governamentais, e meios que possibilitem a participação política, econômica e cultural dos grupos em questão* (CHIOVATTO & AIDAR, 2009, p.3).

Contribuir para o desenvolvimento social, combater as desigualdades e promover a inclusão de públicos que tradicionalmente não são frequentadores dos espaços museais têm sido também objetivos das ações educativas e culturais realizadas através dos setores e/ou núcleos educativos. Tais ações encontram-se inseridas no campo da educação não-formal e promovem experiências de diversos públicos no contato com o patrimônio cultural. Esse contato também se dá a partir de ações da Educação Patrimonial, que é:

um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **autoestima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA et al., 1999, p.6).

As ações desenvolvidas pelo NAE/MHSC visam, além de oportunizar espaços de construção e troca de conhecimentos de forma interativa, garantir uma educação crítica, reflexiva, estética e artística, bem como promover a inclusão sociocultural e a acessibilidade de públicos diversos. As ações têm como objetivo tornar o Museu um espaço de debate, de reconhecimento, de descoberta, de encantamento, que contribua na ampliação e compreensão de novos olhares e leituras de mundo. Pensar, refletir e estabelecer relações dos públicos com os contextos das exposições na contemporaneidade é proporcionar experiências, onde o visitante possa sair do Museu com muito mais indagações do que com respostas.

No ano de 2009, estabeleceu-se o início do Projeto *CONSTRUINDO* – desenvolvido pelo Núcleo de Ação Educativa do Museu Histórico de Santa Catarina, com o objetivo de promover o acesso de reeducandos da Penitenciária Estadual de Florianópolis ao patrimônio cultural de três museus vinculados à Fundação Catarinense

de Cultura: Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS/SC) e Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). O referido Projeto enfatiza a importância do acesso ao patrimônio cultural e da educação patrimonial, como instrumentos de reintegração e inclusão sociocultural de indivíduos submetidos ao regime de privação de liberdade.

Desde o ano de 1980, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, mantém um Contrato de Prestação de Serviços de mão de obra com a Penitenciária Estadual de Florianópolis, vinculada atualmente ao Departamento de Administração Prisional (DEAP) da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina.

A FCC tem como missão *valorizar a cultura através de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense*. Além de executar ações de apoio e desenvolvimento da área cultural do estado de Santa Catarina, estão, sob sua responsabilidade, várias instituições culturais, entre as quais os museus mencionados – MHSC, MIS/SC e MASC – e o Centro Integrado de Cultura Henrique da Silva Fontes (CIC), complexo cultural que abriga museus, teatro, cinema e oficinas culturais.

A Penitenciária Estadual de Florianópolis, instituição com a qual a FCC mantém o referido Contrato, está situada geograficamente vizinha ao CIC. O complexo penitenciário abriga 866 presos do sexo masculino, maiores de 18 anos (dados informados em junho de 2019), nos regimes fechado e semiaberto. Cerca de 210 deles encontram-se em regime semiaberto, que possibilita uma vigilância menos rigorosa, estruturado para que o indivíduo possa trabalhar e estudar. Cada três dias trabalhados resultam em um dia de remissão de pena.

No Contrato entre a FCC e a Penitenciária, ficou estabelecida uma cláusula de liberação de dez reeducandos para prestação de serviços principalmente no CIC. A presença deles realizando trabalhos nos espaços culturais do CIC é diária, em serviços de manutenção, tais como: jardinagem, limpeza do estacionamento, pinturas, pequenos reparos, entre outros, sempre sob a supervisão de um técnico da FCC/CIC. A participação dos integrantes do grupo, cuja faixa etária varia entre 23 e 55 anos de idade, é intermitente, pois podem ser substituídos por condutas de comportamento ou pela liberação do alvará de soltura. O grupo é formado por indivíduos que possuem, em comum, histórias e narrativas de delitos e/ou violências. É esse número relativamente pequeno de pessoas que compõe o grupo participante do Projeto CONSTRUINDO.

A primeira visita realizada pelos reeducandos ao espaço expositivo do Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC, foi promovida em agosto de 2009, após uma semana de trabalhos de limpeza efetuados pelo grupo, nos muros, lado externo da edificação do Museu. Localizado no centro de Florianópolis e instalado no Palácio Cruz e Sousa, o MHSC possui seu acervo composto por móveis e objetos diretamente ligados à história política do Estado de Santa Catarina. Um dos seus maiores patrimônios é a sua edificação, importante exemplar da arquitetura eclética do final

do século XIX. Na ocasião dos serviços prestados, foi criada uma oportunidade de aproximação desse grupo como público visitante, a fim de conhecer esse patrimônio cultural, como sujeitos de direito. Para tanto, foi solicitada permissão juntamente com aos gestores, órgãos e setores responsáveis envolvidos, e assim, após as autorizações, a dispensa dos reeducandos de um período de trabalho e a viabilização de transporte, tornou-se possível concretizar o acesso do grupo a uma visita mediada ao Museu. A visita realizou-se no dia 28 de agosto de 2009, no período vespertino, e contou com a participação de cinco reeducandos. Era a primeira vez que eles entravam no Museu.

Com a repercussão positiva dessa primeira visita ao Museu entre todos os envolvidos e principalmente entre os visitantes, foi possível ampliar o diálogo, sensibilizar e mobilizar técnicos, setores e órgãos envolvidos na ação, com a finalidade de viabilizar a continuidade de visitas ao MHSC. Mas as tratativas e adequações na estrutura das ações não são tão simples, pois somente em no ano de 2010 é que novos encontros foram realizados.

O Projeto *CONSTRUINDO* vem sendo coordenado e mediado pelas arte-educadoras do Núcleo de Ação Educativa do MHSC.

Parcerias, planejamentos, agendas compatíveis, recursos humanos, estrutura e transporte foram viabilizados evidenciando-se a proposição de um Projeto, com visitas sistemáticas do grupo de reeducandos ao Museu, através de encontros mensais. O objetivo inicial tinha como proposta a acessibilidade, a inclusão social, a reintegração e a participação do grupo nas ações educativas socioculturais, oportunizando experiências, percepções, descobertas e apropriações da pluralidade de sentidos e narrativas presentes nas exposições apresentadas no espaço do MHSC. Dessa forma, as condições favoráveis e o caráter educativo do Museu reforçaram e contribuíram para que novos olhares sobre esse público pudessem ampliar oportunidades de realizar ações, em um processo educativo continuado.

No entanto, em 2012, foi possível o desdobramento do Projeto *CONSTRUINDO* em ações no Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina (MIS/SC) e no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). O MIS/SC, possui seu acervo dividido em cinco coleções: Filmes, Som, Imagens Equipamentos e Registros textuais. Já o MASC compõe seu acervo representado por artistas nacionais e estrangeiros e possui obras entre pintura, gravura, escultura, fotografia, objetos e outras. Ambos os museus estão localizados no Centro Integrado de Cultura (CIC).

Esse desdobramento do Projeto permite aos reeducandos o contato com acervos e linguagens presentes nas diferentes tipologias dos museus, propiciando novas experiências de subjetividade e de produção de conhecimento, a partir da cultura visual e do patrimônio cultural. As visitas mediadas às exposições de longa e curta duração, realizadas nos três museus, permitem ampliar junto aos participantes, não apenas o repertório visual em diferentes linguagens e técnicas, como também provocações/problematizações acerca de novas narrativas, histórias e memórias.

A escolha de uma identidade para o Projeto foi amplamente discutida pelo grupo

durante os encontros iniciais, mas somente durante o 6º encontro, e com a presença do artista Edgar Bessa, no ano de 2010, decidiu-se por *CONSTRUINDO*. As reflexões em torno do nome permitiram a compreensão de que ele (o Projeto) possui a referência de algo que está em construção, e que essa construção é coletiva, pertencendo a todos os participantes. Quanto ao sufixo *INDO*, em itálico, no debate com o grupo, foi considerado que sugere o movimento dos próprios participantes, num processo contínuo de passagem, de fluxo e de mudança. No entanto, somente no ano de 2013, o logotipo do Projeto mobilizou também o interesse de alguns reeducandos, que apresentaram propostas elaboradas para análise e avaliação de todos. Criado pelo reeducando Marco Antônio e definido sob orientação de Moysés Lavagnoli – designer gráfico da FCC –, o logotipo é então aprovado pelo grupo em agosto daquele ano.

A metodologia de trabalho escolhida e empregada pelas arte-educadoras do NAE/MHSC no Projeto, não teve a preocupação do rigor científico inerente ao campo acadêmico, pois diante do impossível, tateava-se o imprevisível. Nesse sentido, para o desenvolvimento do Projeto, optou-se pela utilização do aporte metodológico da pesquisa-ação de Michel Thiollent (1996, p. 16). *É um tipo de pesquisa social com base empírica que: é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo.* Pesquisadores e participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. De outros suportes teóricos escolhidos, destacamos conceitos de: “mediação”, em Lev S. Vygotsky (1989); de “dialogia”, em Mikhail Bakhtin (1992; 2003); de “relações de poder”, em Michael Foucault (2003; 2012; 2014); de “educação patrimonial”, em Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999); de “objeto gerador”, em Francisco Régis Lopes Ramos (2004); e de “inclusão social aplicada a práticas dos museus”, em Gabriela Aidar (2002). No que diz respeito à existência de um projeto dessa natureza, de alguma forma o pesquisador interfere na vida dos sujeitos, e torna-se imprescindível, segundo Yves de La Taille (2008, p.271), a necessidade de serem ponderados dois princípios que inspiram a ética na pesquisa com seres humanos: *1) a dignidade inerente à pessoa humana, e 2) a liberdade.*

Os procedimentos para a atuação durante a visita do grupo são selecionados a partir de objetos e conteúdos geradores de conhecimento e reflexão presentes nas exposições. Tais procedimentos proporcionam a elaboração de ações flexíveis e compartilhadas com os participantes, como forma de estabelecer relações construtivas com o grupo, assim como iniciativas comunitárias. Inicialmente, esse público visitante recebia com certa estranheza e desconfiança a oportunidade de escolher e dialogar com liberdade de expressão, mas o estranhamento é compreensivo por estarem os participantes habituados e inseridos em uma instituição penal, permeada por segurança, rigor e controle. No entanto, as ações e atividades propostas no espaço do Museu foram acolhidas com curiosidade, responsabilidade e respeito. Diálogos, trocas e interações no grupo mobilizaram posturas mais espontâneas e de

confiança em encontros posteriores.

A riqueza de proposições ao processo de percepção e aprendizagem, pode ser observada a partir de alguns títulos das exposições temporárias visitadas, tais como: *Isso não posso contar*; *Pintar o futuro*; *Do Conceito e da Afeição*; *Contaminações: Linhas da infância*; *Grupo de Risco*; *Na Pele*; *Pinceladas de Luz*; *Fotografando o Silêncio*; *Ritos, Ditos e Ditados: Memórias Inventadas*; *Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas*; *Além de 3x4*; *Guerreiros do bronze ao aço*; *O coração no Olho*; *Na sombra de uma origem*; *Diálogo entre Eros, Psique e Thanatos*, *Palavra em Movimento*; *Gambiarra Sonora*; *Universo das Coisas Incontáveis*. Essas, assim como as demais exposições, também permitiram potencializar diálogos e reflexões qualitativas.

As visitas do grupo nas exposições proporcionam experiências, vivências, memórias e ressignificações individuais e coletivas. É possível perceber a importância das ações vinculadas ao patrimônio cultural, a partir dos diálogos dos participantes que estão registrados nos relatórios dos encontros.

Foram realizados 48 encontros do Projeto com o grupo de reeducandos no decorrer desses anos, totalizando 62 exposições visitadas, de longa e curta duração, em três museus da FCC, sendo 27 visitas mediadas no MHSC, 12 visitas no MIS/SC e 07 visitas no MASC. Dos 48 encontros mencionados, 2 deles foram realizados em 2 museus não pertencentes à FCC. Em 30/04/2010, houve um encontro no Museu Victor Meirelles (MVM), que está geograficamente vizinho ao MHSC. Outro encontro é realizado em 10/06/2016, no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, por convite do Setor Pedagógico do MARquE aos participantes do Projeto **CONSTRUINDO**.

São oportunizados, sempre que possível, encontros com curadores de exposições, artistas, historiadores e/ou pesquisadores, permitindo assim o estabelecimento de diálogos e relações sobre experiências, subjetividades e processos criativos. Debates e reflexões sobre temas contemporâneos nessas práticas sociais promovem formas de sociabilidade e o fortalecimento de posicionamentos individuais diante do grupo sobre percepções e descobertas. Foram promovidos até o momento, 14 encontros presenciais com a participação de 18 artistas, expositores, curadores e um cineasta.

Já as oficinas temáticas e as vivências em oficinas práticas são estruturadas conjugando relações com as visitas nas exposições, sendo elaboradas diferentes metodologias, com procedimentos que possibilitam experiências significativas e interativas. É possível perceber, algumas vezes, o receio de alguns participantes no início dos procedimentos, talvez por acreditarem que realizam essas ações de forma incorreta, ou mesmo por inibição. Mas o fortalecimento de vínculos entre os participantes e o respeito às individualidades permitem ao grupo maior autoconfiança para a realização dos trabalhos. O respeito aliado ao reconhecimento de limitações

individuais e coletivas minimizam situações de vergonha ou desconfiança.

É possível, também, observar a valorização das ações e o envolvimento de todos os participantes com as temáticas propostas e com os materiais disponibilizados. Tais materiais proporcionam experiências em diferentes linguagens, bem como a descoberta de potencialidades e a autovalorização de suas próprias possibilidades.

O momento das oficinas é considerado, por alguns, muito importante, pois propicia maior interação e descontração nas atividades. Foram elaboradas, 29 vivências em diversas oficinas práticas: pintura, recorte e colagem, desenho, gravura, fotografia, música, palavra, narrativas, retrato e desenho com teatro de sombra, sendo três oficinas temáticas de patrimônio cultural e história da fotografia.

Projeções de filmes que dialogam com as temáticas das exposições também permitem experiências na linguagem cinematográfica. Assim, foram realizadas três exibições durante os encontros: *O tesouro do Morro da Igreja*, Victor Meirelles - *Quadros da História e Narradores de Javé*

Em todos os encontros, há um espaço de “memoração”, possibilitando reavivar memórias das experiências, dos diálogos e das reflexões em relação às visitas realizadas nas exposições anteriores. É possível perceber relações qualitativas de reconhecimento com os repertórios temáticos, narrativos e visuais das exposições e dos patrimônios culturais visitados.

Nos horários dos encontros em visitas aos museus, as proibições e limitações de suas vidas cotidianas apontam possibilidades de outros significados, como demonstra o comentário de um dos participantes: *Neste momento sou um homem livre!* (NAE, 2010). Há compromisso e assiduidade com os calendários e as ações do Projeto, assim como também há espera especulativa, na expectativa de novos encontros, por parte de todos os envolvidos. Os reeducandos desejam ser avisados com antecedência, pois a agenda de horários de visita aos museus transforma-se em referência, sendo considerada em relação aos compromissos com as visitas de seus familiares, e também porque desejam estar *bem apresentados* nos encontros. Eis a fala de um dos participantes: *Se vocês marcarem o dia do próximo encontro, a gente não marca visita com a família neste dia pra poder estar aqui* (NAE, 2014)

Entre os instrumentos e estratégias elaborados a fim de registro do Projeto durante as visitas estão: relatórios descritivos dos encontros, registros fotográficos, captação de imagens em vídeos, registros das ações nas oficinas, produções e relatos de opiniões dos participantes (reeducandos, artistas, mediadores, psicólogos, funcionários). Diversos materiais impressos, como convites de exposições, reproduções de obras de arte, folders e catálogos, são doados, quando disponibilizados nas exposições.

A rotatividade dos integrantes do grupo, devido à intermitência de sua participação – substituição por conduta de comportamento ou liberação do alvará de soltura –, impõe ao Projeto uma adaptação constante. Alguns indivíduos participam no decorrer de um ano ou mais, outros, em apenas dois ou mais encontros, sendo

que, para a grande maioria, é a primeira vez que entram em um museu.

O Projeto proporcionou, até o momento, a participação de 144 reeducandos, sendo que retornaram ao Museu, quando em liberdade, 50% dos participantes no ano de 2010. Eventualmente, alguns retornam apenas para conversar com as arte-educadoras, mencionando sobre a importância da experiência vivida, e do desejo de que o Projeto prospere.

O Projeto *CONSTRUINDO* contempla, além do desenvolvimento de ações integradas com as equipes dos núcleos educativos dos museus mencionados, o fortalecimento de práticas ampliadoras do processo de inclusão e do acesso ao patrimônio cultural para públicos excluídos socialmente.

Há o compartilhamento das ações desenvolvidas pelas arte-educadoras do NAE/MHSC, com servidores de setores específicos da FCC, que são fundamentais para a realização e a manutenção do Projeto. Informações das ações do Projeto são também compartilhadas com funcionários da Penitenciária, proporcionando interações construtivas entre sujeitos e contextos diferentes. Estão entre eles: diretor da penitenciária, chefe de segurança, psicólogos, assistente social, coordenadoras da escola do Complexo Penitenciário, entre outros. A presença de alguns desses técnicos em três encontros, a fim de acompanhar as visitas do Projeto, fez com que também eles visitassem/conhecessem os museus e sua função social.

Foi possível ampliar a divulgação sobre as ações do Projeto com a representante do Programa de Educação nas Unidades Prisionais e Unidades de Intervenção da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Em agosto de 2010, foi oportunizada à equipe do NAE/MHSC uma visita técnica aos espaços do Complexo Penitenciário, proporcionando às arte-educadoras a compreensão do contexto em que vivem os participantes do Projeto *CONSTRUINDO*.

Os reeducandos consideram importante que o Projeto seja compartilhado. Sobre esse desejo deles, destaca-se o comentário de um dos participantes: “*Quero que o projeto seja divulgado para olharem diferente para nós*” (NAE, 2010).

A FCC e suas casas vinculadas, assim como a Penitenciária Estadual de Florianópolis, são instituições mantidas e administradas pelo poder público estadual, e estão, também, sujeitas à sazonalidade de suas gestões. É nesse contexto que o Projeto *CONSTRUINDO* envolve sujeitos históricos diversos, (reeducandos, servidores, técnicos, educadores, coordenadores, gestores), que encontram-se inseridos em campos de atuação com missões completamente diferentes. Em ambas as instituições, tem sido possível dialogar sobre a relevância do Projeto e assegurar sua realização e continuidade.

O Projeto *CONSTRUINDO* viabiliza iniciativas que extrapolam a ação interna da instituição e incorpora diversas experiências histórico-culturais. Ele abre novas intervenções, possibilitando a renovação de conceitos e práticas tanto para as instituições envolvidas (FCC e Penitenciária) como para a formação docente, a universidade e os próprios museus. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Projeto, após

anos de realização, foi no ano de 2015 inserido no Plano Museológico (documento fundamental para a sistematização do trabalho institucional) do MHSC, sendo normatizado como um projeto de atuação sistemática no Programa Educativo e Cultural do NAE.

Ao serem promovidas ações em que os reeducandos possam vivenciar e dialogar nos espaços museológicos, em contato com os códigos e significados potencializados pelos objetos do patrimônio cultural, acredita-se favorecer não só o reconhecimento desses espaços como lugares de direito e de cidadania, mas também de significações pessoais e comunitárias. Para Milene Chiovato, as ações de leitura, significação e apropriação dos objetos museais *apontam ao mesmo tempo para o sujeito que lê e para o mundo ao seu redor, estabelecendo um fluxo de significação entre objeto, sujeito e mundo* (CHIOVATTO. In: AIDAR & CHIOVATTO, 2010).

É evidente e perceptível a importância e a valorização atribuídas pelos participantes do Projeto a esse espaço/tempo aberto às visitas, narrativas, reflexões e propostas. Assim percebe-se que a educação patrimonial contribui não apenas no *reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades*, como aponta Horta (1999), mas pode ir além como menciona José Clerton de O. Martins (2012, p.190):

Trata-se de um processo de consciência de ser cidadão, de ser responsável pelo todo elaborado de um mundo ou parte dele. Representa uma ação não apenas para preservação, para a defesa da memória da história, do respeito e das referências tão necessárias para ser o que somos: pessoas de um lugar, com referências, pertencimentos bem peculiares que por sermos da raça humana, somos ao mesmo momento, locais e universais.

Creio que é a partir da apropriação e ressignificação do patrimônio humano e cultural, e da implementação de ações, de forma a possibilitar a reintegração e a inclusão sociocultural de indivíduos privados de liberdade, que poderemos também avançar na aplicabilidade das demandas sociais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que os resultados produzidos pelo Projeto *CONSTRUINDO*, possam contribuir na visibilidade de ações de inclusão sociocultural junto ao complexo fenômeno de aprisionamento, na medida em que apontam condições favoráveis para a realização de procedimentos possíveis para diversos profissionais de diferentes campos de atuação: educação, cultura, sistema carcerário, gestores, autoridades e a própria sociedade.

Nessa perspectiva, cabe informar que, com base nas ações desenvolvidas, um novo desdobramento realizou-se dentro do Projeto *CONSTRUINDO* no ano de 2017. Trata-se da integração de novos procedimentos junto a um grupo de pacientes do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP, vinculados ao DEAP. Até junho de 2019, registra-se o atendimento de 17 pacientes, nos 14 encontros

realizados sistematicamente em visitas nas exposições do MHSC, acompanhados de psicólogos(as), assistentes sociais e agentes.

É possível que ações dessa amplitude oportunizem pautas de reivindicação no plano institucional, legal e social, em torno de demandas e realizações que proporcionem a reintegração à sociedade de indivíduos em situação de privação de liberdade. As relações contemporâneas, ao reivindicarem novos olhares, promovem o rompimento de paradigmas, provocando novas práticas sociais, que contribuem na busca de alternativas para problemas sociais tão complexos como os do sistema carcerário no Brasil.

São os órgãos públicos os proponentes e reguladores de “lugares culturais”, e nesses lugares são constituídas práticas sociais. Compondo muitas vezes o que Rogério Proença Leite (2004, p.39) chamou de *cartografia do poder*, o autor observa que *os lugares singularizam-se principalmente pelas representações e práticas construídas pelas pessoas que neles interagem*. Nesse sentido, torna-se vital a mobilização de interlocutores diferenciados nos planos institucionais, contribuindo para legitimar práticas e projetos participativos em parceria, com o intuito de incorporar novos sujeitos na construção de uma nova realidade. Para tanto, garantias jurídicas correspondentes fazem-se necessárias, para que novos lugares possam ser considerados como espaços de exercício de cidadania a esse público específico.

Fortalecendo a ideia de que é possível pensar um mundo novo, com alternativas e possibilidades, Boaventura de Sousa Santos (2007, p.37-38) afirma que *devemos buscar credibilizar, ampliar simbolicamente as possibilidades de vê-lo a partir do presente, dando visibilidade a experiências possíveis, que não estão dadas porque não existem alternativas para isso, mas são possíveis e já existem como emergência*.

Penso ser consenso de todos que inúmeros desafios se apresentam para toda a sociedade. Para nós, gestores e servidores públicos (das diferentes áreas), o desafio é refletir sobre uma política atenta para a diversidade e complexidade que compõem não só os espaços institucionais, mas os espaços de sociabilidade na contemporaneidade.

Conforme Boaventura Santos (2007, p.48):

[...] é preciso fazer transgressões. Buscamos o novo nos interstícios, entre as realidades, [...] de nossa sociabilidade, que estão articulados de maneira muito complexa. Precisamos migrar de um campo a outro, de um estrato a outro, de uma linguagem a outra; a transdisciplinaridade é, em parte isso. Temos ainda de buscar conceitos que venham de outros conhecimentos.

Espero que a experiência dos participantes do Projeto *CONSTRUINDO* possa contribuir na reflexão sobre parcerias possíveis e em práticas efetivas de integração de pessoas em situação de privação de liberdade.

Desejo também que essa experiência possa abrir portas, derrubando estigmas, minimizando o processo de exclusão, ampliando discussões e apontando oportunidades em contextos com múltiplas dimensões sobre políticas públicas, culturais, sociais e educacionais, com vistas à reintegração e inclusão sociocultural do sujeito em privação

de liberdade em toda a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Gabriela. **Museus e inclusão social**. Ciências & Letras n.31. Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9.ed. São Paulo: Utecc, 1992.

_____. **Estética da Criação Verbal**. Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra, 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Atos Internacionais. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. **Cartilha do Reeducando**. Conselho Nacional de Justiça, 2010. Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/cartilha_reeducando.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao>. Acesso em: 30 maio 2013.

_____. **Decreto nº 7.626**, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 48**, de 10 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** (Infopen), junho 2014. Departamento Penitenciário Nacional (Depen) / Ministério da Justiça. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/11/080f04f01d5b0efebfbcf06d050dc_a34.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** (Infopen), junho 2016. Departamento Penitenciário Nacional (Depen) / Ministério da Justiça. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018

_____. **Parecer CNE/CEB Nº 2/2010**. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. In: Portal do MEC - Diretrizes para a Educação Básica, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4445-pceb004-10&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC / Ibram, 2010. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A Fala do Crime. In: **Cidade de Muros**. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2003.

CASTELLEN, Christiane Maria. **CONSTRUINDO Ações Culturais em Museus**: O patrimônio cultural na reintegração social de pessoas privadas de liberdade. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

_____. Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: Projeto **CONSTRUINDO**. In: CALABRE, Lia [et al.]. **Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 17 a 20 de maio de 2016. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. O Educador frente a outras realidades: educação patrimonial para pessoas privadas de liberdade do sistema carcerário. In: FONSECA DA SILVA, Maria Cristina da Rosa (Org.) **Cadernos de docência**: contribuições para a formação em artes visuais. Florianópolis: AAESC, 2015. p.39-62.

_____. CARLSSON, Márcia Lisbôa. **CONSTRUINDO**: possibilidades de ações socioculturais com reeducandos no museu. Florianópolis: FCC, 2015. Publicado em: “Justiç@” Revista Eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal, ano 7, n.36, ago. 2015. Brasília: SJDF, 2015. Disponível em: <<http://portal.trf1.jus.br/sjdf/comunicacaosocial/imprensa/publicacoes/revista-justica.htm>>.

_____. Olhares compartilhados: construindo diálogos com reeducandos no museu. In: **Anais CD-Rom - I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura**: pesquisa e produção do conhecimento para além da universidade. São Paulo: EACH USP, 2013.

CHIOVATTO, Milene; AIDAR, Gabriela. **Arte+**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2007.

CHIOVATTO, Milene. Ações extramuros: diminuindo barreiras. In AIDAR, G. & CHIOVATTO, M. **Percorrer e registrar**: reflexões sobre a ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

DAUFEMBACK, Valdirene. **Condições de aprisionamento e condições de aprendizagem de encarcerados**. 2005. 240p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18.ed., Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. Segurança, Penalidade e Prisão. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Coleção Ditos & Escritos VIII**. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42.ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

ICOM – International Council of Museum. Museum Definition – 2007. In: ICOM - Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (2007-1946). Disponível em: <http://icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 18 set. 2010.

LA TAILLE, Yves de. Ética em pesquisa com seres humanos: dignidade e liberdade. In: GUERRIERO, I. C. Z., SCHMIDT, M. L. S., ZICKER F. (Orgs). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

LEITE, Rogério Proença. Lugares da política e consumo dos lugares: nação e patrimônio cultural. In: **Contra-usos da cidade**: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. Campinas (SP): Editora da UNICAMP; Aracajú (SE): Editora UFS, 2004. p.34-95.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Tempos sociais acelerados, patrimônio cultural em risco**. In: BRASILEIRO, M. D. S., MEDINA, J. C. C., and CORIOLANO, L.N. (Orgs). Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p.169-193. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940-09.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

NAE/MHSC. **Relatórios do Projeto CONSTRUINDO**: Núcleo de Ação Educativa do Museu Histórico de Santa Catarina (2009-2017). Florianópolis: MHSC.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes. In: **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/cartilha_reeducando.pdf

<http://www.deap.sc.gov.br>

<http://www.fcc.sc.gov.br/>

<http://www.masc.sc.gov.br/>

<http://www.mhsc.sc.gov.br/>

<http://www.mis.sc.gov.br/>

<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270